



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638277 - CE (2021/0000438-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
JORGE BHERON ROCHA - CE018356
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : WILMAR PONTES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILMAR PONTES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0620029-48.2021.8.06.0000).

O paciente foi preso e autuado em flagrante delito, em 3/1/2021, pela prática, em tese, do delito previsto no art. 155, *caput*, do CP, tendo por objeto material do delito 5 repelentes (fl. 4).

A impetrante sustenta a atipicidade da conduta, em virtude do princípio da insignificância, aduzindo tratar-se de crime impossível ou pelo menos de tentativa.

Argumenta que o paciente não possui condições de pagar a fiança arbitrada pela autoridade policial, e que o Juízo de origem impôs medidas cautelares desproporcionais e monitoramento eletrônico, razão pela qual impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, cuja liminar foi indeferida, em decisão desprovida de fundamentação idônea.

Afirma que o sítio do Tribunal de Justiça de origem está fora do ar, razão pela qual não juntou a decisão apontada como ato coator.

Requer, liminarmente e no mérito, seja excluída a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, em especial o monitoramento eletrônico, com o trancamento do inquérito policial ou eventual ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-

constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente, muito menos se a hipótese comporta o reconhecimento de ausência de tipicidade material, decorrente da aplicação do princípio da insignificância, que possui requisitos objetivos e subjetivos que importam em análise de provas que não integram estes autos. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente